

# 1. Princípios do Direito Penal

## **Princípio da Reserva Legal**

Não há crime ou pena sem a devida previsão legal.

## **Princípio da Anterioridade**

A lei deve estar em vigor no momento da prática da infração.

## **Princípio da Legalidade**

Reserva Legal + Anterioridade (CP, art. 1º; CRFB art. 5º XXXIX).

## **Anterioridade da Lei Benéfica**

A lei penal mais benéfica retroage para beneficiar o réu (CP, art. 2º § único; CRFB art. 5º XL).

## **Princípio da Responsabilidade Pessoal**

A pena não passará da pessoa do condenado (CRFB, art. 5º, XLV).

## **Princípio da Individualização da Pena**

Não haverá pena padronizada (CRFB, art. 5º XLVI).

## **Princípio da Humanidade**

Não haverá penas cruéis (CRFB, art. 5º, XLVII).

## **Princípio da Intervenção mínima**

O Direito Penal deve ser a última opção para a resolução de conflitos e proteção de bens jurídicos realmente relevantes.

## **Princípio da Culpabilidade**

Não há crime sem dolo (intenção) ou culpa (imperícia, imprudência, negligência).

## **Princípio da Taxatividade**

O tipo penal deve ser bem definido e detalhado de modo a não gerar dúvidas sobre a conduta tipificada.

## **Princípio da Adequação Social**

Mesmo que seja crime, se não afrontar o sentimento social de justiça, não poderá ser punido.

## **Princípio da Proporcionalidade**

As penas devem ser proporcionais à gravidade da infração penal.

## **Princípio da Absorção**

O crime “fim” absorve o crime “meio”. Exemplo: invasão de domicílio com o intuito de furtar. Não há hipótese em que o crime “meio” seja mais gravoso que o crime “fim”.

## **Princípio “non bis in idem”**

Veda-se a dupla punição pelo mesmo fato (CF, art. 5º XXXVI).

# 2. Escolas e Movimentos Penais

## **Abolicionismo penal**

Defende uma completa abolição do direito penal. O enfoque punitivo atual deve ser substituído por processos de descriminalização e despenalização, prescrevendo adoção de modelos conciliatórios, terapêuticos e pedagógicos.

## **Garantismo Penal**

Defende um modelo penal mínimo, voltado ao respeito à Constituição e os Direitos Fundamentais. É o modelo mais aceito atualmente.

## **Movimento “Lei e Ordem”**

Política de “tolerância zero” ou direito penal máximo, onde o direito penal deve agir desde os menores delitos. Parte da premissa que os grandes delitos são cometidos por quem, anteriormente, praticou pequenos delitos. Inspirada na política implementada nos EUA, em NY.

## **Escola Penal Positiva**

Teve Cesare Lombroso como principal defensor da Teoria Antropológica Atávica, que defendia que fatores biológicos determinavam a disposição do indivíduo à prática criminal.

### 3. Conceitos

#### **Direito Penal Objetivo**

A norma positiva (Código Penal).

#### **Direito Penal Subjetivo**

É o direito de punir do Estado.

#### **Características do Direito Penal**

1. **Cultural:** Ciência do **dever-ser**, modificando o comportamento social em função da possibilidade de aplicação da sanção.
2. **Normativo:** É escrito, objetivo, positivo.
3. **Valorativo:** Quanto maior o valor do bem jurídico, mais grave será a sanção imposta.

#### **Características da Lei Penal**

1. **Imperativa:** manda, coage alguém a obedecer.
2. **Geral:** visa atingir todos os indivíduos.
3. **Exclusiva:** É o único tipo de lei que define sanção penal.

#### **Norma penal em branco**

Norma com elementos vagos, que precisam de complementação para aplicação. Pode ser *homogênea* (quando a fonte de complementação possui o mesmo nível hierárquico da norma penal – art. 237) ou *heterogênea* (quando a complementação vem de fonte em nível hierárquico diverso – art. 33 da lei de drogas, complementado pela Portaria n. 344/98 da ANVISA).

#### **Sujeito Ativo e Passivo da lei penal**

Em regra, sujeito ativo é que cometeu a ação ou omissão e sujeito passivo é a vítima.

#### **Objeto Jurídico e Objeto Material da lei penal**

Objeto jurídico é o bem protegido pela norma (ex: patrimônio, vida), enquanto objeto material é o bem material atingido (ex: relógio, carro, cadáver da vítima).

#### **Analogia no Direito Penal**

Analogia é enquadrar situação parecida, não prevista em lei, em uma lei existente. Não se admite no Direito Penal pois desta forma o juiz criaria um novo tipo penal.

#### **Interpretação Analógica**

Norma que autoriza o julgador a interpretá-la analogicamente. Ex: art. 171 (“Qualquer outro ato fraudulento...”).

#### **Interpretação literal**

Interpretar a lei no sentido frio, literal das palavras.

#### **Interpretação Teleológica**

Interpretar a lei tentando compreender qual era a intenção do legislador quando elaborou o texto legal.

#### **Conflito de Normas**

No caso de conflito de normas, utiliza-se o princípio da *especialidade* (ex: art. 121 em relação ao art. 123) ou o princípio da *absorção*.

#### **Elementos do Fato Típico**

1. Conduta (ação ou omissão)
2. Resultado (seja ele desejado ou não)
3. Nexo Causal (ligação inequívoca entre conduta e resultado)
4. Previsão Legal (“Não há crime sem lei anterior que o defina....”)

#### **Classificação dos Crimes**

- **Unissubjetivos:** Podem ser praticados por uma única pessoa.
- **Plurissubjetivos:** Exigem duas ou mais pessoas para sua prática.
- **Crimes comissivos:** Ação (ex: dar um tiro em alguém).
- **Crimes omissivos:** Omissão (ex: omissão de socorro).

- **Ação Única:** Crime cuja prática é descrita em lei com apenas um verbo (forma). Ex: furto, art. 155.
- **Ação múltipla:** Crime cuja prática é descrita em lei utilizando mais de um verbo (forma). Ex: induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, art. 122.
- **Permanentes:** Crime cuja ação se estende no tempo. Ex: sequestro.
- **Continuados:** A prática de vários crimes de mesma espécie pelo agente. Ex: funcionário que subtrai, diariamente, pequenas quantidades de dinheiro do caixa para que ninguém note.
- **Comuns ou gerais:** Podem ser praticados por qualquer pessoa, não exigindo condição especial.
- **Próprios ou especiais:** Exigem uma situação fática ou jurídica diferenciada do sujeito ativo. Ex: peculato só pode ser praticado por agente público.
- **Simples:** Se amolda em um único tipo penal. Ex: furto.
- **Complexo:** É a união de dois ou mais tipos penais. Ex: roubo (furto + ameaça ou lesão corporal), latrocínio (roubo + homicídio).
- **Materiais:** Seu tipo penal aloja uma conduta e um resultado. Ex: homicídio (necessita cadáver).
- **Formais:** O tipo penal contém uma conduta e um resultado natural, mas o resultado é desnecessário para consumação. Ex: extorsão.
- **De mera conduta:** O tipo penal descreve apenas uma conduta, sem resultado algum. Ex: ato obsceno.

#### Denúncia e queixa-crime

Contrário ao pensamento popular, denúncia *não é mero registro da ocorrência na delegacia*. Após a consumação do crime, a vítima deve registrar a ocorrência na delegacia (Boletim de Ocorrência). Em seguida, o delegado deverá abrir inquérito e, ao final deste, enviar um relatório com todos os fatos e provas apurados e encaminhá-lo ao juiz, que dará vistas. O relatório é encaminhado ao Ministério Público, que decidirá se deve ou não prosseguir com a denúncia; em caso positivo, a mesma será feita e encaminhada ao juiz (que pode rejeitá-la). Sendo assim, a *denúncia* nada mais é do que um *ato processual* que dá início à *ação penal pública*, de competência exclusiva do Ministério Público e que compreende a maioria das ações penais. A *queixa-crime* é um instrumento análogo à denúncia, diferenciando-se apenas pelo fato de ser feita por particular (o que gerará uma ação penal privada) e só pode ser utilizada para certos tipos de crime (ex: crime contra a honra).

## 4. Código Penal

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

- Princípio da reserva legal.
- *Nullum crimen, nulla poena sine praevia lege*
- É exigido que a lei esteja em vigor no momento do delito.

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

- **Irretroatividade da lei penal:** em regra, a lei penal não retroage.
- **Retroatividade da lei penal:** a lei penal retroage para atingir um fato jurídico, desde que seja benéfica ao réu.
- **Ultratividade da lei penal:** se a lei nova for mais gravosa ao réu, a lei anterior continua a produzir efeitos mesmo revogada.

Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

- **Lei excepcional:** Lei cuja duração é válida enquanto a situação de exceção persistir. Ex: guerra.
- **Lei temporária:** Tem data de validade previamente determinada pelo legislador. Ex: Lei Geral da

Copa.

- Nos dois casos acima, nas normas são autorrevogáveis e ultrativas. Sendo assim, a norma posterior que beneficia o réu não é aplicada neste caso.

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

- Teoria da Atividade:** Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, e não do resultado. É extremamente importante pois serve como base de aplicação da lei (como a lei era no momento do crime?) e para determinar a imputabilidade do acusado.
- Para fins prescricionais, conta-se o tempo a partir do momento do **resultado** (teoria do resultado).

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

- Atenção para os detalhes.** Antes de decidir se o crime ocorreu ou não em território brasileiro, verifique onde (geograficamente) o crime foi consumado, qual a nacionalidade do veículo e qual a finalidade do mesmo. Apenas com estas três informações é possível determinar se haverá ou não aplicação da lei penal brasileira.
- Note que os diplomatas possuem inviolabilidade pessoal e não podem ser punidos a não ser com autorização de seu país de origem. As embaixadas, apesar de localizadas geograficamente em solo brasileiro, são consideradas extensões de seus países de origem.

Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

- O Código Penal adotou a **Teoria da Ubiquidade** (conhecida também como *mista* ou *temperada*), que engloba as teorias da Atividade e Resultado ao mesmo tempo.

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I - os crimes:

- contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
- contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
- de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;

II - os crimes:

- que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;
- praticados por brasileiro;
- praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

§ 1º - Nos casos do inciso I, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

§ 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições:

- a) entrar o agente no território nacional;
- b) ser o fato punível também no país em que foi praticado;
- c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;
- d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;
- e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.

§ 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior:

- a) não foi pedida ou foi negada a extradição;
- b) houve requisição do Ministro da Justiça.

- Este artigo lista os casos de crimes cometidos no estrangeiro que irão se sujeitar à lei brasileira.
- Não se confunda com este artigo, que se divide em três “partes”.
- A **primeira parte**, descreve os crimes que serão punidos segundo a lei brasileira, independentemente de condenação ou absolvição no estrangeiro (inciso I, § 1º).
- A **segunda parte** descreve os crimes que serão punidos segundo a lei brasileira caso atendam a certos requisitos (inciso II, § 2º).
- Por fim, a **terceira parte** nos diz quais crimes praticados por estrangeiro contra brasileiro, mesmo fora do país, serão puníveis (§ 3º).
- Observe que o genocídio (inciso I, alínea d) não é mais tratado desta maneira, pois o Brasil se submete ao Tribunal Internacional neste caso específico (conforme CRFB, art. 5º § 4º).

Art. 8º - A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

- Este é apenas um detalhe sobre as penas cumpridas no Brasil e no exterior. Não analisaremos o art. 9º por enquanto.

Art. 10 - O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Art. 11 - Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de cruzeiro.

- Na prática, o cálculo se resume a data + anos + meses + dias - 1. O “-1” refere-se ao fato de que o primeiro dia já é contado integralmente, independentemente do horário (já que as frações de dia são desprezadas).
- Não se admite o “-1” acima quando o prazo beneficiará o réu.
- **Exemplo:** Prisão efetuada dia 23/03/2014, com pena de 6 anos, 10 meses e 9 dias.
  1. 2014 + 6 = 2020, logo 23/03/2020
  2. 3 + 10 = 1 ano e um mês, logo 23/04/2021
  3. Somando mais nove dias, temos 02/05/2021
  4. Como o primeiro dia já é contado integralmente, subtraímos um dia e o resultado final é 01/05/2021.

Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

§ 1º - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para

evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

- a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

- **Crime:** Fato Típico + Antijurídico(Ilícito) + Culpabilidade(Imputabilidade)
- **Fato típico:** Tem como elementos conduta, resultado, nexo causal, tipicidade.
- **Conduta dolosa:** Com dolo, deseja-se atingir o bem. Ex: você joga uma criança de 5 anos na piscina com a intenção de que a mesma se afogue.
- **Conduta culposa:** Não se desejava atingir o bem, mas o fez, normalmente por negligência, imprudência ou imperícia. Ex: Por você não prestar atenção, a criança cai na piscina e morre afogada.
- **“Conditio sine qua non”:** Toda e qualquer conduta que tiver contribuído para o resultado é considerada sua causa. Para saber se a conduta foi causa, basta excluí-la hipoteticamente da cadeia de eventos; se o resultado desaparecer, significa que a conduta é causa.
- **Crimes omissivos impróprios(“por omissão”):** São os “garantes”(pessoas enquadradas no § 2º do art. 13). Neste caso o fato típico é omissão + nexo causal + resultado. Respondem pelo **resultado**, não pela omissão.
- **Preste atenção aos detalhes:** além do dever de agir, é necessária a possibilidade de agir...
- **Superveniência e nexo de causalidade:** O texto do § 1º trata de um caso específico de superveniência em relação ao nexo causal. Para entender, temos que antes esclarecer alguns termos:
  - **Conduta preexistente:** Ato que ocorreu antes do crime.
  - **Conduta concomitante:** Ato que aconteceu ao mesmo tempo que o crime.
  - **Conduta superveniente:** Ato que aconteceu depois do crime.
  - **Causa absolutamente independente da conduta:** A conduta do agente não faz diferença, pois foi um ato independente o responsável pela causa do resultado.
  - **Causa relativamente independente da conduta:** Por si só a causa produziu o resultado, mas dependeu parcialmente da conduta do agente.
- **Exemplos:**
  1. Um assaltante invade a casa e mata uma idosa a tiros. Porém, determina-se que a idosa morreu por envenenamento, produzido pelo seu próprio enfermeiro. Neste caso, o que gerou o resultado foi uma causa **absolutamente independente** do assaltante devido a uma conduta **preexistente** do enfermeiro. O assaltante não responderá pelo homicídio(já que não há nexo causal) e sim pelos outros atos praticados.
  2. No exato momento em que o enfermeiro injeta o veneno letal na idosa, um assaltante dispara contra ela, matando-a. A conduta foi **concomitante** (tiro e envenenamento aconteceram “ao mesmo tempo”), porém a causa de morte(tiro) foi **absolutamente independente** da conduta do enfermeiro, que responderá apenas pelos atos praticados.
  3. Após injetar o veneno na idosa e **antes** do veneno produzir efeito, ela é morta a tiros pelo assaltante. Do ponto de vista do enfermeiro, a causa de morte foi **superveniente**(o assaltante matou ela antes do veneno produzir efeito) e foi **absolutamente independente** de sua conduta (o enfermeiro responderá apenas pelos atos praticados).
  4. Assaltante desfere um tiro na idosa, porém erra e a mesma vem a falecer pelo susto (infarto). A conduta foi **concomitante**(tiro e infarto ocorreram ao mesmo tempo), mas a causa foi **relativamente independente**(se ele não tivesse atirado, ela não teria assustado e morrido). O assaltante responderá pelo homicídio porque não há rompimento do nexo causal.
  5. Assaltante desfere uma facada na idosa e foge assustado. A idosa é hemofílica e acaba morrendo por isso. A causa da morte é **preexistente**(hemofilia), mas foi algo **relativamente independente** da vontade do agente, que responderá pelo homicídio.
  6. A idosa leva um tiro, mas é socorrida por uma ambulância. Ao caminho do hospital, a ambulância sofre um acidente de trânsito, explodindo e matando todos os seus ocupantes. A idosa morreu pela explosão, que é uma causa **relativamente independente**(se não tivesse levado tiro, não teria usado a ambulância), mas como a conduta foi **superveniente**(veio depois dos tiros) e por si só produziu os resultados, o nexo causal é excluído. Responde apenas pelos atos praticados anteriormente.

Art. 14 - Diz-se o crime:

I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias.

as à vontade do agente.

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

- **“Iter criminis” (caminho do crime)** – É dividido em duas fases principais:
  1. **Fase Preparatória:** Ainda está sendo preparado o palco do crime. Contempla a *cogitação* (“pensar” na possibilidade de cometer o crime) e a *preparação* (tomar medidas preparatórias necessárias para a execução do crime, como, por exemplo, adquirir uma arma de fogo). Até este ponto, a conduta não pode ser entendida como criminosa, pois sua execução ainda não foi iniciada.
  2. **Fase Executória:** O agente dá sequência ao crime pretendido. Passa pela etapa de *execução* (realização da ação prevista no tipo penal) e, se for bem-sucedido, chega à *consumação* (resultado).
- **Crime consumado:** Preencheu todos os itens do *Iter Criminis*.
- **Crime tentado:** Crime que atingiu a fase *executória*, mas não foi capaz de atingir a etapa de *consumação* por fato alheio à vontade do agente (ex: fuga da vítima, intervenção de um terceiro, etc.). É crucial entender que o agente não obteve resultado porque foi impedido por circunstância *externa* à sua vontade; não se trata de *arrependimento* ou *desistência*, e sim impedimento de concretização da vontade.
- **Tentativa perfeita ou crime falho:** O agente tomou todas as ações que pretendia, mas ainda assim não foi capaz de consumir o crime. Ex: ladrão que mesmo sem ser importunado, não é capaz de abrir um carro, pistoleiro que, mesmo descarregando a arma em seu alvo não consegue matá-la (seja por ter errado o alvo, seja porque a vítima resistiu).
- **Tentativa imperfeita:** O agente foi impedido de executar todas as ações que pretendia. Ex: ladrão surpreendido pelo dono do carro ao tentar arrombá-lo, pistoleiro impedido de prosseguir com os disparos devido à intervenção policial, etc.
- **Tentativa cruenta:** É a tentativa onde, mesmo não atingindo o objetivo visado, se consegue causar algum dano ao bem jurídico visado.
- **Tentativa incruenta:** É a tentativa onde não se verifica lesão alguma ao bem jurídico visado.
- **Pena:** A pena do crime tentado é a mesma do consumado, subtraída de um a dois terços.
- **Exemplo:** Assassino que vai até o local de trabalho da vítima para matá-la, mas é detido pelo segurança da portaria que o desarma. Como o assassino não chegou até o palco do crime (que seria o local onde a vítima está), o crime ainda se encontra na fase de preparação, não sendo punível.

Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

- É um **excludente de tipicidade**.
- O ato não se consuma pela **vontade do agente** e não por circunstâncias alheias à sua vontade, como na tentativa.
- **Desistência voluntária:** O assassino dá dois disparos na vítima e erra. Mesmo podendo atirar mais, decide ir embora. Repare que neste exemplo, mesmo que a vítima fosse atingida, a desistência ainda se configuraria, contanto que o resultado (morte) não seja alcançado.
- **Arrependimento eficaz:** deu um tiro e acertou a vítima, mas mudou de ideia e prestou socorro. Irá responder pela lesão e não pela tentativa de homicídio. Note que o arrependimento só “valeu” porque o agente **impediu** o resultado.
- **Atenção:** a diferença entre *desistência voluntária* e *arrependimento eficaz* só tem importância doutrinária; na aplicação da lei, ambos os casos são comportados da mesma maneira pelo art. 15.

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

- **Deve** ser uma decisão voluntária do agente.
- Não é o mesmo que o art. 15, pois neste caso o crime foi consumado. Trata-se do **arrependimento posterior**.
- Não pode haver violência ou grave ameaça. Além disso, a reparação deve ser **total**, a não ser que a

- vítima aceite a parte proposta, renunciando ao restante.
- Esse artigo **nunca** incidirá no crime contra a pessoa porque a) seu texto não o permite e b) porque não é possível “apagar” dano causado à pessoa (ex: lesão corporal).
- Só pode ser alegado até o recebimento da *denúncia* ou da *queixa-crime* pelo juiz, pois até então o processo penal ainda não foi iniciado.

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

- É um **excludente de tipicidade**. Para se configurar, a impossibilidade de cometer o crime tem que ser absoluta.
- Trata-se da **teoria objetiva temperada**, já que o que interessa é a conduta não ter representado nenhum risco à coletividade, independentemente da postura do agente.
- **Impropriedade absoluta do objeto**: É impossível, por exemplo, cometer homicídio ao executar disparos contra uma pessoa já falecida, mesmo que o agente presuma que ela esteja dormindo. **Atenção** para não se confundir com o caso de conduta concomitante de causa relativa ou absolutamente independente do agente.
- **Ineficácia absoluta do meio**: Tentar cometer homicídio com uma arma inapta a efetuar disparos. Se fosse uma arma apta, mas que às vezes falha e a vítima sobreviveu a uma falha, não se configura crime impossível.
- Em ambos os casos, a palavra-chave é *absoluta*. Se, por exemplo, o assassino entra à noite no quarto da vítima e dispara contra a cama, mas a vítima está em um outro cômodo, não será configurado o crime impossível.

Art. 18 - Diz-se o crime:

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

- **Culpa**: O agente deu causa ao resultado, devido à imprudência, negligência ou imperícia. Pode ser *culpa inconsciente* (o fato era previsível, mas não foi previsto pelo agente) ou *culpa consciente* (o fato era previsível, foi previsto pelo agente, mas o mesmo afastou sua possibilidade por ter total confiança em suas habilidades).
- **Dolo**: O agente teve a intenção de causar o dano. Divide-se em dolo direto e indireto.
- **Dolo direto (determinado)**: É a vontade de realizar a conduta e produzir o resultado (teoria da atividade).
- **Dolo indireto (indeterminado)**: O agente não deseja o resultado, mas assume o risco de produzi-lo (*dolo eventual*) ou não se importa com a produção do mesmo (*dolo alternativo*).
- **Dolo eventual e culpa consciente**: São dois conceitos bem próximos, mas com uma diferença sutil: no caso do dolo eventual, o agente não se importa com a responsabilidade do possível resultado (“Bebi e vou dirigir. Se acontecer alguma coisa, paciência!”) enquanto a culpa consciente se configura pelo fato do agente repudiar a hipótese de causar o dano (“Bebi e vou dirigir, mas vou com cuidado e nada vai acontecer. Eu conheço os meus limites!”). Nos casos relacionados à questões de trânsito, o STJ tem a tendência a enquadrá-los como *culpa consciente*, mesmo que isso esteja em desacordo com o entendimento das instâncias inferiores.
- No geral, **crime doloso é a regra; crime culposo só existe com previsão expressa em lei**. Parte-se da ideia que todos os crimes são, a princípio, dolosos e apenas alguns poucos podem ser praticados de maneira culposa (ex: homicídio, art. 121). Isso acontece porque simplesmente não faz sentido a possibilidade de enquadrar certas condutas como culposas (ex: estupro, art. 213)
- **Exemplos**: atirador de facas em um circo, que fere sua parceira durante o número (culpa consciente), pessoa que, diante de uma blitz policial acelera seu veículo com a intenção de evadi-la, não se importando com a segurança dos agentes (dolo eventual), “racha” que termina em acidente grave (culpa consciente), etc.



Art. 19 - Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.

- É o caso do crime preterdoloso, onde o agente pratica uma conduta dolosa, menos grave, mas obtém resultado doloso mais grave que o pretendido, na forma culposa. Como exemplo, imagine o assaltante que pretende apenas roubar (conduta dolosa), mas pelo manuseio incorreto da arma acaba matando a vítima (conduta culposa). Irá responder por ambos os atos, caso seja determinada ao menos a culpa no ato mais grave.

Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei

§ 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.

§ 2º - Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.

§ 3º - O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

- **Erro de tipo:** É um erro que incide sobre um dado da realidade elementar da figura típica. Pode ser *essencial* ou *accidental*.
- **Erro essencial:** É o erro que incide de tal forma que, caso não existisse o agente não teria cometido o crime ou o teria feito em circunstâncias diferentes. É o exemplo do aluno que leva o *Vade Mecum* do colega para casa, pensando que era o seu; a situação é relevante ao direito pois trata-se de furto, mas o mesmo foi cometido apenas porque o agente não tinha como compreender o caráter do ato que estava praticando.
- **Efeitos do erro essencial:** O erro essencial de tipo sempre exclui o dolo, seja ele inevitável (que também exclui a culpa) ou evitável.
- **Erro accidental:** é aquele que incide sobre dados irrelevantes da figura típica. O agente responde como se não houvesse cometido erro, como no caso do sujeito que mata terceiro achando que se trata de desafeto seu.
- **Descriminantes putativas:** É o erro de tipo que ocorre porque o agente, graças a uma noção equivocada da realidade, imagina situação onde estão presentes os requisitos de exclusão de ilicitude. Seu efeito é o mesmo do erro essencial. Como exemplos, podemos citar:
  1. **Legítima defesa putativa:** Quando o agente supõe erroneamente estar em legítima defesa, como o sujeito que, imaginando ser assaltado atira e mata o colega brincalhão.
  2. **Estado de necessidade putativo:** O agente imagina estar em estado de necessidade, como o caso de naufrago que afoga o colega para ficar com a boia, mas descobre depois que estava lutando em águas rasas.
  3. **Exercício regular de direito putativo:** Como exemplo, imagine o sujeito que corta os galhos da árvore do vizinho, imaginando erroneamente que estavam sob sua propriedade.
  4. **Estrito cumprimento do dever legal:** Policial que algema um cidadão honesto, acreditando que tratava-se de um fugitivo.
- **Erro determinado por terceiro:** Responde pelo crime aquele que determinou o erro. É o caso do ginecologista que convence a mulher a praticar o aborto, dizendo falsamente tratar-se de gravidez de alto risco.
- **Erro sobre a pessoa:** É o caso em que, por exemplo, com o intuito de matar “A”, o agente atira em “B” pensando que o mesmo seja “A”. O erro é considerado tão irrelevante, que a lei determina que o agente seja punido como se tivesse realmente atingido a pessoa pretendida e não a que efetivamente atingiu. Este detalhe torna-se relevante para o enquadramento nas agravantes do crime.

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

- O desconhecimento da lei é inescusável, pois ninguém pode deixar de cumpri-la alegando que não a conhece. Se o erro é escusável (exemplo: agente que, desconhecendo a legislação previdenciária e sob orientação de servidores do INSS recolhe incorretamente a contribuição devida) exclui-se também a culpa, mas esta se mantém caso o erro seja razoavelmente evitável (ex: atendente de farmácia que, apesar da ciência de que medicamentos faixa preta devem ser comercializados apenas com receita, não tem consciência de que a comercialização deles implica também em tráfico de drogas), podendo o sujeito ter uma redução de 1/6 a 1/3 de pena. É necessário usar de bom senso e razoabilidade para determinar estes fatores.

Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

- No caso da coação é evidente que o agente que praticou o crime não pode ser responsabilizado. No caso da ordem hierárquica superior, deve-se fazer uma análise das circunstâncias para determinar se a ordem é ou não manifestadamente ilegal para o agente. Observe que **não há hierarquia na relação privada**. Sendo assim, o empregado de empresa privada não pode utilizar o artigo 22 como justificativa para isentar-se da culpa.

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

- Não há crime nos estados de necessidade e legítima defesa, assim como no decurso do cumprimento do dever legal, desde que em todos estes casos não ocorra nenhum excesso.
- No caso do estado de necessidade, é importante lembrar que aquele que tem o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegá-lo. Deve-se levar em conta o valor relativo do bem sacrificado pelo estado de necessidade em relação ao bem supostamente ameaçado por este.
- O mesmo raciocínio é válido para a legítima defesa: são as particularidades de cada caso que devem ser analisadas cuidadosamente para determinar a ocorrência ou não de excesso na proteção do direito ameaçado.

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

- São os casos em que o agente, devido a seu desenvolvimento mental ou imaturidade, não tem plena ciência dos atos praticados. Atualmente, se o desenvolvimento mental é severamente prejudicado e a

pretensão de entender o ato não seja razoável, a jurisprudência tem entendido a inimizabilidade como a melhor escolha.

- Todo menor de 18 anos é inimputável. O critério é objetivo (idade) e não está aliado, por exemplo, à emancipação (capacidade civil).

Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal  
I - a emoção ou a paixão;  
II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos  
§ 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.  
§ 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- **Muita atenção aos casos de embriaguez.** Só será isenta de pena a embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior que deixa o agente totalmente incapaz de entender o caráter da ação (como exemplo, imagine a pessoa que cai em um alambique ou que tem substância misturada à sua bebida sem que ela saiba). No caso descrito, se a embriaguez não for completa (mais ainda for causada por força maior) haverá a redução de pena. Por fim, a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade de maneira alguma, pois se assim fosse, todo criminoso sem embebedaria antes de praticar infração penal.

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.  
§ 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.  
§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Art. 30 - Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

Art. 31 - O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

- **Coautoria:** dois ou mais autores, em pluralidade de condutas.
- **Autor e partícipe:** autor é quem realiza a conduta principal, e partícipe quem tem a conduta acessória (ex: um age de vigia enquanto o outro realiza o furto).
- **Autoria mediata:** é quando ocorre a pluralidade de pessoas, mas não o concurso das mesmas. Um dos agentes é usado como instrumento para a prática do delito. É o caso de quem se utiliza do carteiro para entregar uma bomba ao seu desafeto, por exemplo.
- **Autoria colateral:** ocorre quando duas ou mais pessoas querem cometer o mesmo crime e agem ao mesmo tempo, sem que uma saiba da intenção da outra. Como exemplo, imagine que duas pessoas, de maneira independente, aprontam emboscada a um terceiro. Apenas um deles conseguirá produzir o resultado e responderá pelo crime consumado, enquanto o outro responderá pelo crime tentado.